



**XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**  
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação  
*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

## **GT5 – Política e Economia da Informação**

Modalidade de apresentação: Pôster

### **A INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM REDE: UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA ELETRÔNICA DOS WEBSITES DOS DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA**

**José Carlos Sales dos Santos**

Universidade Federal da Bahia

**Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva**

Universidade Federal da Bahia

**RESUMO:** As tecnologias da informação e comunicação potencializam, a partir da internet, um espaço para a discussão e deliberação política, aproximando cidadãos e governos através de recursos interativos como *e-mails*, fóruns, ouvidoria *on-line*, *chats* e outros. Observa-se, desta forma, o crescente esforço e investimento dos governos e representantes políticos em organizar, gerenciar e disponibilizar informações de interesse público na *web*, constituindo o Governo Eletrônico. Destarte, o objetivo deste artigo pretende investigar as condições de participação política dos cidadãos a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia. Com o caráter descritivo, esta pesquisa procura identificar apenas os *sites* dos deputados registrados na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA. Na tabulação dos dados, adapta-se o quarto nível do formulário *Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escola de Avaliação* – proposto por Marques (2007), para uma planilha no programa *Office Excel* e, para a discussão destes, utiliza a análise quantitativa. Os resultados da primeira etapa desta pesquisa inferem o estado incipiente dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia quanto às oportunidades de participação política em rede, distando dos princípios que regem o Governo Eletrônico. Esta comunicação apresenta os primeiros dados da pesquisa desenvolvida pelo pesquisador (em andamento) no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – PPGCI/UFBA.

**Palavras-chave:** Governo Eletrônico; Participação Política; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA.



## **1 INTRODUÇÃO**

O avanço da internet associado às tecnologias da informação ocasiona, mormente, efeitos diretos nos setores públicos e na sociedade civil. Segundo o Pinho (2008), essas consequências condizem às reformulações das atividades governamentais, no acesso à informação fomentada pelo Estado, na ampliação da transparência de informações das atividades do governo, possibilidades de articulação e cobrança de serviços do setor público, a exemplo. Os cidadãos, desta forma, passam a contar com canais informativos disponibilizados diretamente pelos governos, preterindo o crivo ideológico das organizações detentoras dos tradicionais meios de comunicação.

Como consequência, a internet tornou objeto de especulação no campo político. Com o potencial de interatividade e compartilhamento em rede, os governos procuram disponibilizar para os cidadãos condições diversas para o acesso às informações governamentais, visando a resolver o déficit de participação política dos indivíduos – importante iniciativa para a consolidação do processo democrático. Destarte, o governo eletrônico (e-gov, e-governo), a partir das tecnologias de informação, assiste ao desenvolvimento de *sites* restritos à disseminação de informações produzidas pelos governos, objetivando a aproximação e a interação com os cidadãos (GONTIJO, 2002).

Este processo, segundo a autora, compreende a democratização do acesso à informação, a universalização na prestação de serviços públicos e a redução das desigualdades sociais e regionais. A partir desses pressupostos, esta comunicação objetiva investigar as condições de participação política dos cidadãos, a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia.

## **2 GOVERNO ELETRÔNICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMAÇÕES ENTRE GOVERNOS E CIDADÃOS**



Pinho (2008) entende Governo Eletrônico como recorrência a equipamentos e procedimentos advindos da informática e comunicação eletrônica que visam a disponibilizar informações e serviços governamentais aos cidadãos. Ainda segundo o autor, a implantação do Governo Eletrônico está restrita à instalação de portais governamentais para ampliar a eficiência do governo, assim como acréscimo da transparência e participação da sociedade civil no governo.

O Governo Eletrônico na concepção de Barbosa, Faria e Pinto (2004) condiz ao aproveitamento das tecnologias da informação para a prestação de serviços públicos, reconfigurando a interatividade entre o governo-cidadão, governo-empresa e governo-governo. As relações entre governos e cidadãos, de acordo com os autores, propicia mudanças na gestão pública a partir das políticas públicas centradas na eficiência, transparência das atividades governamentais e profissionalização dos servidores e gestores públicos. Estes autores ainda apresentam o modelo de referência que explora quatro categorias de relacionamento entre o governo e a sociedade, conforme registrado na tabela abaixo:

<b>Categoria</b>	<b>Caracterização</b>
<b>G2B – Governo-Empresas</b>	Caracterizada pela interação do governo com as empresas do setor privado na troca de informações e processamento de transações eletrônicas, buscando reduzir no máximo as barreiras para se fazer negócios com o governo;
<b>G2C – Governo-Cidadão</b>	Caracterizada pela interação do governo, de forma ampla e completa, com o cidadão, provendo a ele informações e serviços públicos que atendam as suas necessidades de contribuinte, controlador das ações de governo, beneficiário e usuários dos serviços públicos ao longo do ciclo de vida – infância, adolescência, maioridade, terceira idade;
<b>G2E – Governo-Servidor Público</b>	Caracterizada pela interação do governo com os funcionários de serviço público, provendo informações e prestando serviços necessários para o desenvolvimento de suas atividades profissionais e benefícios decorrentes da sua relação com o governo;
<b>G2G – Governo-Governo</b>	Caracterizada pela interação dos diferentes agentes governamentais e governos nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), provendo informações, prestação de serviços processamento de transações para o desenvolvimento de suas atividades.

**QUADRO 1** – Categorias de relacionamento entre governo e sociedade

Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir dos modelos de referência de Barbosa, Faria e Pinto (2004).

Marcondes e Jardim (2003) endossam que o Governo Eletrônico originou-se das políticas públicas desenvolvidas, sobretudo, em países anglo-saxônicos. As políticas públicas informacionais, por vez, constituem o elenco de “premissas, decisões e ações –



produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social que contemplam os diversos aspectos [...] relativos à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

Entretanto, Gontijo (2002) fundamentada em Frohmann, adverte que a literatura existente na Ciência da Informação interpreta às políticas de informação no prisma da produção documental e arquivística do governo, e “restringe os estudos aos problemas da produção, organização e disseminação da informação científica e técnica” (p. 181). As políticas públicas devem transcender estes aspectos tecnicistas e concentrar-se na “informação como elemento transformador da sociedade nas esferas governamentais, organizacionais e privadas” (MARCIANO, 2006, p.44)

A presente comunicação propõe, no entanto, investigar os *websites* dos Deputados do Estado da Bahia, a partir das informações existentes no *site* Assembléia Legislativa da Bahia – ALBA, justificando assim a adoção do marco teórico relacionado ao Governo Eletrônico. Adotar-se-á a tabela dos níveis proposta por Marques (2007), mais precisamente o quarto nível, que trabalha com o “ideal” de participação política dos cidadãos através dos *websites* da internet com informações políticas aprofundadas, “disposto a envolvê-lo no processo de produção da decisão política”.

### **3 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA**

A Assembléia Legislativa da Bahia – ALBA, localizada no Centro Administrativo da Bahia – CAB, em Salvador, representa o Poder Legislativo através dos deputados estaduais do Estado da Bahia, órgão superior de cada Estado. Atualmente conta com 63 deputados estaduais, na 16ª legislatura (2007-2011), eleitos pelo voto direto.

O Deputado Estadual, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, é compreendido como o representante do povo na esfera estadual e o mandato compreende quatro anos, com possibilidades de reeleição. Compete ao deputado Estadual, na Assembléia Legislativa, “legislar, propor, emendar, alterar, revogar e derrogar leis estaduais. Além de fiscalizar as contas do governo estadual, criar Comissões Parlamentares de Inquérito e outras atribuições referentes ao cargo” (FREITAS, [200-]).



A escolha para a pesquisa dos deputados estaduais da ALBA como objeto de análise converte-se à imputabilidade destes para representar o povo da esfera estadual, exercendo atividades que viabilizem as aspirações da população, a partir de discussões e aprovação das áreas econômicas e sociais. O recorte da pesquisa justifica-se pela incipiência de estudos relacionados à assembléia, apresentando, assim, um objeto pouco explorado.

Assim, o objetivo deste artigo pretende investigar as condições de participação política dos cidadãos a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia. Ressalta-se que a segunda etapa da presente pesquisa (em andamento) procura identificar se os *websites* investigados constituem-se iniciativas individuais destes políticos ou estão orientados por critérios estabelecidos pela Assembléia.

Como a pesquisa parte da análise do site da ALBA (.gov) para identificar os instrumentos interativos para a participação política, justifica-se a adoção do marco teórico/empírico vinculado ao Governo Eletrônico, avançando, a partir desta análise, para a investigação dos *websites* dos deputados (.com). Aspectos relacionados ao modelo de avaliação, assim como o método, técnica e instrumento aplicado à pesquisa, serão analisados na próxima seção com os procedimentos metodológicos.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com a abordagem dialética, o estudo inicial sobre o tema deste projeto revela contradições existentes entre a disponibilidade de conteúdo informacional de cunho político no ciberespaço, prerrogativa para a participação do usuário-cidadão nas discussões e deliberações políticas, e a efetividade dos canais interativos (*e-mails*, fóruns, ouvidoria *on-line* e outros) na comunicação entre os cidadãos e o governo. Observa-se, desta forma, um distanciamento discursivo e prático deste fenômeno, ou seja, a importância das TIC para a ampliação do processo democrático para a discussão e deliberação política, aproximando os cidadãos e o governo através dos canais interativos. Na contramão do processo de participação política, os representantes políticos



desconsideram as potencialidades de interação proporcionadas TIC, apesar de investimentos maciços em tecnologias, preterindo a comunicação a partir destes meios.

Quanto ao método de procedimento, a pesquisa inicialmente adotará a categoria estruturalista, pois o desenvolvimento desta partirá de um fenômeno concreto (site da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA) para o abstrato. Ao transitar do concreto para o abstrato (vice-versa), o método estruturalista dispõe de um modelo para analisar a realidade concreta dos diversos fenômenos da pesquisa. Lakatos e Marconi (1992) afirmam que os métodos de procedimento apresentam-se com etapas mais concretas da investigação, “com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos” (p.106).

A pesquisa classifica-se como descritiva por objetivar “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.46), determinando a natureza desta relação. Neste projeto, propõe um estudo que se pauta na relação dos canais de comunicação disponíveis na ALBA, mais especificamente as iniciativas dos deputados estaduais que possuíam websites, e o intercâmbio e disseminação de conteúdos informacionais entre governo e usuário-cidadão. Para a análise dos dados obtidos nesta pesquisa, adotou-se a análise qualitativa e quantitativa como subsídio importante para a análise e tabulação dos dados.

A pesquisa desenvolvida caracterizou-se como descritiva. Segundo Cervo e Bervian (2002), a pesquisa descritiva propõe observar, registrar, analisar e correlacionar as variáveis sem, necessariamente, manipulá-los. Os estudos descritivos, por vez presentes neste projeto, visam a compreensão das “diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, [desde] grupos e comunidades mais complexas” (p. 66). Assim, os dados desta pesquisa precisam ser coletados e registrados sistematicamente para a exequibilidade do estudo.

Para a coleta de dados, aplicou-se o formulário dos **Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escala de Avaliação** (instrumento de pesquisa), desenvolvido e proposto por Marques (2007). Importante ressaltar que foram adaptadas as ferramentas do quarto nível por esta aproximar “do que pode ser idealmente oferecido para aperfeiçoar a participação política dos cidadãos através dos *websites* dos [deputados]” (MARQUES,



2007, p.8). O quarto nível refere-se às ferramentas aperfeiçoadas para a participação política, na qual os representantes políticos apresentam disposição para envolver os cidadãos no processo de participação política. Para a tabulação dos dados, adaptou-se o formulário para uma planilha no programa *Office Excel*.

O estudo envolve apenas os deputados que possuem *websites* registrados na ALBA para, na análise posterior, verificar as possibilidades de participação dos cidadãos a partir destas *websites*. Ressalta-se que este artigo apresenta dados preliminares que auxiliarão no aprofundamento da pesquisa de mestrado em andamento.

## **5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

O levantamento dos dados no *site* da Assembléia Legislativa da Bahia – ALBA aconteceu em dois momentos: maio e dezembro de 2009. A pesquisa realizada em dezembro objetivou a confirmar ou atualizar os dados obtidos na primeira etapa da pesquisa. Importante ressaltar que não houve avanços no intervalo dos meses analisados, ou seja, os dados obtidos permaneceram sem alterações.

Dentre 63 deputados estaduais analisados, apenas 22 possuíam *websites*, aproximadamente 35% do universo. Os *websites* dos deputados Joélcio Martins, Fátima Nunes e Ronaldo Carletto estavam inativas nos dois períodos pesquisados, impossibilitando a análise das mesmas.

Observou-se, nas análises empreendidas, que os *websites* convertiam como vitrine política dos deputados. As informações disponibilizadas relatavam, prioritariamente, a atuação dos políticos no âmbito governamental, além de registrar outros *sites* de utilidade pública, como o Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, Bombeiros, Polícia Militar, outros. Quanto às possibilidades de participação, as ferramentas interativas oferecidas nos *websites* limitavam-se, em linha geral, em disponibilizar *e-mails* e telefone.

A maioria dos deputados analisados disponibilizava vídeos e áudios relativos às suas atividades políticas. Porém, esses recursos audiovisuais condizem ao modelo de comunicação assimétrica, ou seja, de sentido único, distante da concepção prevista da comunicação simétrica (interativa). Outro ponto importante observado condiz ao acesso



aos boletins eletrônicos. O usuário receberia na caixa de *e-mail*, a partir do cadastro prévio, informações atualizadas relativas ao seu representante político.

Nos *websites* analisados, não foram encontrados fóruns públicos para discussão. O fórum constitui um importante canal para participação política, pois permite a proposição de assuntos variados que, por assim dizer, originariam do interesse público. Os fóruns de discussão permitem, também, estabelecer redes entre dos atores sociais, como cidadão-político, político-cidadão e cidadão-cidadão. O principal canal para a interação utilizado pelos deputados a utilização de *e-mail* e telefone, e em muitos casos o usuário deveria preencher os campos preestabelecido do sistema para encaminhar a mensagem ao deputado.

Parece haver pouco interesse entre os deputados quanto o assunto é inclusão digital, pois não houve registro nos *websites* indicando centros de acesso à internet ou mesmo indicação de salas públicas oferecidas pelos próprios deputados. Infere-se, desta forma, que os deputados analisados não atentam para a importância das políticas de inclusão digital. Marcondes e Jardim (2003) registram que o estímulo ao acesso à internet, indicando pontos de acesso em instituições públicas ou comunitárias, constitui um dos principais objetivos do Governo Eletrônico.

No quesito referente à disponibilidade de instruções para agendar uma audiência com o deputado, 53% *websites* analisados possibilitam estabelecer o contato com o político apenas no formato *on-line* e 47% nos dois formatos (*off-line* e *on-line*). Sobre essa assertiva deduz-se, novamente, a importância da inclusão digital no processo de inserção dos indivíduos no quesito relacionado à participação política.

Quando ao oferecimento de oportunidades de encontros presenciais (*face-a-face*) com os deputados, 84% dos *websites* convidam os cidadãos (em tese) para o encontro com o deputado sem a necessidade de registro prévio. Esta perspectiva será abordada com o desdobramento da presente pesquisa, quando serão testadas as ferramentas eletrônicas para a participação política.

O *website* da deputada Antônia Pedrosa é o mais distante da concepção prevista no Governo Eletrônico e discutida neste trabalho, pois muitos *links* que possibilitariam a interação com os cidadãos e mesmo conteúdos informacionais de cunho político estavam inativos, mesmo seções do *e-mail* e “Sobre a deputada”.



Poucos foram os *websites* dos políticos que apresentaram uma estrutura mais próxima do esperado para a participação política. Os deputados Heraldo Rocha (Democratas) e Zé Neto (Partido dos Trabalhadores - PT), por exemplo, obtiveram o percentual de 62% cada. No site do deputado Heraldo Rocha há uma seção para *Enquete*, TV Heraldo e o espaço do internauta, canal utilizado para sanar dúvidas, fazer proposições, outros. No caso de Zé Neto encontra-se uma seção para a prestação de contas da campanha de 2006 (com possibilidades para *download*); informação sobre o debate público; seção “Fale com Zé” e “Rádio Zé”; agenda de compromisso e o *Chat*, mas estava inativo. Pode-se inferir, no entanto, o reconhecimento do deputado quanto à importância deste último canal no processo de discussão política.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A diminuição das barreiras de acesso à informação reconfigura toda a estrutura tradicional da prática política. Consultar oportunidades de emprego; contatar representantes políticos; acompanhar a utilização das verbas públicas ou propor agenda de discussão das políticas públicas torna-se possível a partir das tecnologias de informação e comunicação, na qual os governos apropriam-se desses canais para disponibilizar serviços vários aos cidadãos.

A democracia, nesse contexto, atravessa por modificações influenciadas pela cultura do ciberespaço, na qual os governos passaram a disponibilizar serviços de utilidade pública direcionados ao cidadão. Desta forma, o Governo Eletrônico (*e-government*, *e-gov*, *e-governo*) inclui qualquer relação entre o governo e cidadão através da tecnologia da informação, prestação de serviços públicos diversos, maior participação dos indivíduos no processo decisório, transparência nas transações governamentais e *accountability*.

A metodologia adotada na presente pesquisa mostrou-se eficiente para a análise dos dados coletados. Os resultados inferem o estado incipiente dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia quanto às oportunidades de participação política em rede. A ausência de fóruns de discussão nos *websites* analisados, assim como oportunidades para acessar informações governamentais, demonstra o distanciamento das propostas



acerca do Governo Eletrônico. Parece, de qualquer forma, que os políticos estudados perceberam, ante estas inúmeras transformações, a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas, mesmo utilizando os recursos viabilizados pela internet de forma limitada, amadora, sem interatividade mútua, como autêntica “vitrine” política.

## **REFERÊNCIAS:**

- BARBOSA, Alexandre Fernandes; FARIA, Fernando Inácio de; PINTO, Sólton Lemos. Governo eletrônico: um modelo de referência para a sua implementação. **Congresso Anual de Tecnologia de Informação – CATI**, 2004. FGV: EAESP. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/19564/1912>>. Acesso em: 25 jan. 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- FREITAS, Eduardo de. [Política: deputado estadual]. **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/politica/deputado-estadual.htm>>. Acesso: 20 maio 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002
- GONTIJO, Miriam. Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma política de informação a partir do conceito de regime de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.179-188, jul./dez. 2002.
- JARDIM, José Maria. Governo eletrônico no Brasil: o Portal da Rede Governo. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.28-37, jan./jun. 2007.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Atlas, 1992.
- MARCIANO, João Luiz Pereira. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.2, p.37-50, jun./dez. 2006.
- MARCONDES, Carlos Henrique; JARDIM, José Maria. Políticas de informação governamental. A construção de governo eletrônico na Administração Pública Federal do Brasil. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v.4, n.2, abr/03.



**XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**  
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação  
*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

MARQUES, Jamil. Internet e oportunidades de participação política: um exame dos *websites* de senadores brasileiros e norte-americanos. **Revista Fonteiras** – Estudos Midiáticos, v. IX, n.3, set/dez. 2007.

NHARRELUGA, Rafael Simone. O governo eletrônico como uma política pública de informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v.3, n.2, p.147-157, ago. 2009.

PINHO, José Antônio Gomes de. Internet, governo eletrônico, sociedade e democracia no Brasil: algumas questões básicas em debate. **Revista VeraCidade**, v.7, p.35-49, 2008.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e locais**: tecnologia e consciência no universo digital. 2002. 281 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002